

Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2015 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras.*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“CAL” ou “Companhia”) foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

A aquisição do controle da Companhia em 2008 pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“LDI”) foi realizada, principalmente, em virtude da qualidade e força da marca “Adolpho Lindenberg”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2015 foram aplicadas de modo consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, incluindo a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento da receita e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC), neste caso refletido no resultado de equivalência patrimonial sobre determinadas sociedades coligadas indiretas.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e compreendem as

informações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, mencionadas na nota explicativa nº 9.

<u>Empresa</u>	<u>Critério de consolidação</u>	<u>% de participação em 31/12/2015</u>	<u>% de participação em 31/12/2014</u>
		<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	Integral	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	100,00	100,00
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	100,00	100,00

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: impostos diferidos, provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periodicamente essas estimativas contábeis e suas premissas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Imóveis a comercializar

Referem-se aos lotes e estão demonstrados ao custo de aquisição, que não excede o seu valor líquido realizável.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A participação em controlada que apresenta situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) foi registrada no passivo não circulante.

Outros investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável (“impairment”).

3.5. Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 34%. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido e patrimônio de afetação.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.8. Apuração do resultado de prestação de serviços

Os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporadora SPE Ltda. e Amadora Incorporação Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelo Pronunciamento CPC 30 (R1) – Receitas, pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela Orientação - OCPC 01(R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, pela Interpretação ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.

- Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

3.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Não há direitos sobre o lucro diferenciado entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma, o resultado por ação será o mesmo para ambas as classes de ações.

3.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no momento de seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
 - (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
ou
 - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

3.13. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte do conjunto das demonstrações financeiras da controladora e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

3.14. Normas e interpretações novas e revisadas em 2015

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados	Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013	Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

3.15. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixas e bancos	50	34	191	163
Aplicações financeiras (*)	<u>128</u>	<u>3.792</u>	<u>17.929</u>	<u>13.076</u>
	<u>178</u>	<u>3.826</u>	<u>18.120</u>	<u>13.239</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais não há restrições para resgate imediato.

As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber por serviços prestados (a)	1.457	11.997	6.185
Contas a receber por venda de imóveis (b)	-	1.766	2.293
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(210)	(210)
	<u>1.457</u>	<u>13.553</u>	<u>8.268</u>
Circulante	1.457	11.546	5.653
Não circulante	-	2.007	2.615

(a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global, taxa de administração de obras e assistência técnica.

(b) Saldo de contas a receber decorrente da venda de unidades imobiliárias concluídas. O saldo é atualizado com juros da Tabela Price de 12% ao ano e variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O saldo não circulante em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	-	1.643
2017	1.102	410
2018	191	193
Após 2018	<u>714</u>	<u>369</u>
	<u>2.007</u>	<u>2.615</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS retido a recuperar	47	28	103	53
CSLL retido a recuperar	79	174	392	561
INSS retido a recuperar	-	8	-	8
IRRF sobre aplicação financeira	37	-	108	26
IRRF sobre serviços	117	82	669	938
PIS retido a recuperar	10	6	22	11
INSS a recuperar	2	39	2	203

Outros impostos a recuperar	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>294</u>	<u>338</u>	<u>1.298</u>	<u>1.801</u>

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Estoques de terrenos (lotes)	582	582	1.625	1.681
Provisão para desvalorização (*)	<u>(291)</u>	<u>(291)</u>	<u>(812)</u>	<u>(840)</u>
	<u>291</u>	<u>291</u>	<u>813</u>	<u>841</u>

(*) Provisão referente à desvalorização dos terrenos em estoque, realizada em anos anteriores.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas com partes relacionadas	50.752	49.320
Receitas com terceiros	<u>80</u>	<u>1.131</u>
	<u>50.832</u>	<u>50.451</u>
Representatividade com pessoas ligadas	99,84%	97,76%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 7,26% a 9% do custo das obras.

b) Remuneração de administradores e diretores

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2015 foi aprovada a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 em até R\$3.000 (R\$3.000 em 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante pago aos administradores foi de R\$1.103 (R\$1.214 em 2014), registrados nas rubricas de custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

9. INVESTIMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Investimentos avaliados pelo custo de aquisição (a)	-	-	-	835
Investimentos em controladas e coligadas (b)	<u>28.115</u>	<u>22.224</u>	<u>13.860</u>	<u>11.151</u>
Total de investimentos	28.115	22.224	13.860	11.986
Provisão para perdas com controladas (b)	-	(6.337)	-	-
Total líquido de investimentos	<u>28.115</u>	<u>15.887</u>	<u>13.860</u>	<u>11.986</u>

(a) Participação societária avaliada pelo custo de aquisição referente ao empreendimento Dom Pedro (participação de 5%), baixada em julho de 2015.

(b) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Quando o patrimônio líquido está em situação de passivo a descoberto, são apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2015

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	15.958	3.252	9.865	9.331	14	1.691	100,00	14	1.691
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	3.262	14.135	32	14	17.351	4.312	100,00	17.351	4.312
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	9.839	1.219	256	52	10.750	7.485	100,00	<u>10.750</u> <u>28.115</u>	<u>7.485</u> <u>13.488</u>
Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	39.977	12.643	13.664	-	38.956	5.855	30,00	11.687	1.757
Amadora Incorporação Ltda. (*)	22.435	20.673	5.208	16.170	21.730	2.864	10,00	<u>2.173</u>	<u>286</u>
								13.860	2.043

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pelo OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não deter o controle.

Em 31 de dezembro de 2014

<u>Investidas</u>	Controladora								
	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	7.379	3.852	9.278	8.290	(6.337)	(4.170)	100	(6.337)	(4.170)
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	329	12.372	6	17	12.678	1.442	100	12.678	1.442
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	8.839	1.424	652	65	9.546	11.392	100	9.546	11.392

Investimentos em controladas	<u>15.887</u>	<u>8.664</u>
Provisão para perdas com controladas	<u>22.224</u>	
	<u>(6.337)</u>	

	Ativo		Passivo		Consolidado				
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
Investidas									
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	28.189	18.054	10.955	2.187	33.101	4.679	30	9.930	1.403
Amadora Incorporação Ltda. (*)	9.133	10.202	3.067	4.057	12.211	185	10	1.221	(17)
Investimento avaliado ao custo								<u>835</u>	<u>-</u>
								<u>11.986</u>	<u>1.386</u>

A movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos no início do exercício, líquidos	15.887	12.054	11.986	8.990
Integralização de capital, líquido de redução	5.021	2.446	711	372
Aquisição de participação	-	-	-	1.238
Dividendos recebidos	(6.281)	(6.616)	(450)	-
Equivalência patrimonial	13.488	8.664	2.043	1.386
Perda em investimentos	-	(661)	-	-
Ganho de capital na distribuição desproporcional de dividendos	-	-	405	-
Realização do investimento (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(835)</u>	<u>-</u>
Saldos no fim do período, líquidos	<u>28.115</u>	<u>15.887</u>	<u>13.860</u>	<u>11.986</u>

(*) Liquidação da operação com a investida Dom Pedro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., mantida a custo, gerando um ganho de R\$1.721 registrado sob a rubrica de outras receitas operacionais liquidas.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV (a)	2.295	2.538	3.281	3.550
PPI - Prefeitura de São Paulo (b)	<u>671</u>	<u>755</u>	<u>671</u>	<u>755</u>
	<u>2.966</u>	<u>3.293</u>	<u>3.952</u>	<u>4.305</u>
Circulante	591	539	703	642
Não circulante	2.375	2.754	3.249	3.663

A movimentação das obrigações tributárias parceladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo no início do período	3.293	3.623	4.305	5.474
Juros	283	272	363	362
Amortização	<u>(610)</u>	<u>(602)</u>	<u>(716)</u>	<u>(1.531)</u>
Saldo no fim do período	<u>2.966</u>	<u>3.293</u>	<u>3.952</u>	<u>4.305</u>

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941/09 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de REFIS IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, com prazo que varia entre 30 e 180 meses, dependendo da natureza dos débitos e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalte-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das parcelas e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

(b) PPI - Prefeitura de São Paulo

No exercício de 2006, os débitos municipais em aberto foram objeto do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI com a Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

Cronograma de vencimentos

O saldo não circulante em 31 de dezembro de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	Controladora			Consolidado		
	<u>PPI</u>	<u>REFIS</u>	<u>Total</u>	<u>PPI</u>	<u>REFIS</u>	<u>Total</u>
2017	182	409	591	182	521	703
2018	182	409	591	182	521	703

2019	124	301	425	124	413	537
Após 2019	<u>-</u>	<u>768</u>	<u>768</u>	<u>-</u>	<u>1.306</u>	<u>1.306</u>
	<u>488</u>	<u>1.887</u>	<u>2.375</u>	<u>488</u>	<u>2.761</u>	<u>3.249</u>

11. PROVISÕES

	Consolidado		
	Garantias (a)	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	Total
Saldos iniciais em 31/12/2014	8.657	4.288	12.945
Variações líquidas no período	<u>1.822</u>	<u>(2.351)</u>	<u>(529)</u>
Saldos finais em 31/12/2015	<u>10.479</u>	<u>1.937</u>	<u>12.416</u>
Circulante em 31/12/2015	<u>2.243</u>	<u>-</u>	<u>2.243</u>
Não circulante em 31/12/2015	<u>8.236</u>	<u>1.937</u>	<u>10.173</u>
Circulante em 31/12/2014	<u>1.523</u>	<u>-</u>	<u>1.523</u>
Não circulante em 31/12/2014	<u>7.134</u>	<u>4.288</u>	<u>11.422</u>
Saldos finais em 31/12/2014	<u>8.657</u>	<u>4.288</u>	<u>12.945</u>

- (a) A Companhia concede período de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente, pelo período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida considerando a estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão para garantias é registrada na controlada ao longo da construção dos empreendimentos administrados pela Companhia e, após a entrega destes, tem início o processo de reversão da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controlada, e na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica “Manutenção de obras prontas”.

- (b) Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$1.937 (R\$ 4.288 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2015, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	6.857
Tributária	185

Cível

3.373
10.415

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 fevereiro de 2015.

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 08 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer, e aguarda o julgamento deste recurso ordinário em 2ª instância. Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, com exposição máxima de R\$500, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferido é como segue:

Controladora	
<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.152	8.227
Efeito das diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(13.488)	(8.664)
Efeito das variações das diferenças temporárias:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não constituídas		-
Outras adições, líquidas	<u>72</u>	<u>172</u>
Base de cálculo	<u>1.736</u>	<u>(265)</u>
Imposto de renda e contribuição social (24%)	416	(64)
Adicional em determinados meses de apuração	<u>150</u>	<u>(50)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>566</u>	<u>(114)</u>
Correntes	-	497
Diferidos	<u>566</u>	<u>(611)</u>

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.119	9.755
Provisão para assistência técnica e garantia de obras	(283)	3.353
Lucro antes dos impostos nas empresas tributadas pelo lucro presumido	(13.075)	(14.497)
Outras adições líquidas	-	728
Base de cálculo das empresas optantes pelo lucro real	<u>3.761</u>	<u>(661)</u>
Imposto de renda e contribuição social 24%	903	(159)
Adicional em determinados meses de apuração	<u>352</u>	<u>(90)</u>
Imposto de renda e contribuição social das controladas optantes pelo lucro presumido	<u>1.278</u>	<u>1.663</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>2.533</u>	<u>1.414</u>
Correntes	<u>1.765</u>	<u>2.163</u>
Diferidos	<u>768</u>	<u>(749)</u>

Substancialmente, o imposto de renda e a contribuição social correntes no consolidado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 representam os tributos sobre o lucro presumido sobre sociedades controladas, como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta sobre serviços das controladas	8.636	14.285
Alíquota combinada - %	<u>10,88%</u>	<u>10,88%</u>
Expectativa de despesa	940	1.554
Outras receitas	<u>338</u>	<u>109</u>
	<u>1.278</u>	<u>1.663</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo fiscal diferido:				
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferido	<u>13.123</u>	<u>14.788</u>	<u>19.579</u>	<u>21.873</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>4.462</u>	<u>5.028</u>	<u>6.657</u>	<u>7.437</u>

A Administração da Companhia possui projeções de geração de resultados positivos futuros, aprovados pela Administração, com expectativas de realização nos seguintes anos:

<u>Ano</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	270	-	597
2016	325	429	588	791
2017	362	468	647	834
2018	418	504	669	816
2019 em diante	<u>3.357</u>	<u>3.357</u>	<u>4.753</u>	<u>4.399</u>
	<u>4.462</u>	<u>5.028</u>	<u>6.657</u>	<u>7.437</u>

As premissas utilizadas para a preparação do estudo técnico de viabilidade levam em consideração contratos já assinados, variação de taxas de reajuste salarial e projeções de novos contratos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 12.000 (R\$ 8.000 em 31 de dezembro 2014), totalmente integralizado, representado por 124.040 ações ordinárias e 248.079 ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.883.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.

As ações possuem as seguintes características:

Ação preferencial

- a) As ações preferenciais não têm direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até 2/3 do total do capital social.
- b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: (i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro líquido, prevalecendo o valor maior; (ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem o mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária; e (iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, como também participação proporcional no valor patrimonial, no caso de liquidação da Companhia.

Ação ordinária

- a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.
- b) As ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2015 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante - %</u>
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	116.996	94,32
José Oswaldo Morales Junior	6.378	5,14
Outros acionistas	<u>666</u>	<u>0,54</u>
	<u>124.040</u>	<u>100,00</u>

13.2. Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressalvando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

O saldo do lucro líquido do exercício foi transferido para reserva de retenção de lucros cuja destinação será aprovada na próxima AGO, com a seguinte proposição: a) aumento de capital de R\$4.000 e b) retenção do valor de R\$ 6.393, para futuro capital de giro e incremento de suas operações.

A destinação de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	14.586
Reserva legal - 5%	<u>(729)</u>
Base de cálculo dos dividendos	13.587
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>(3.464)</u>
Retenção de lucros	<u><u>(10.393)</u></u>
	<u><u>-</u></u>

13.3. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. O cálculo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	14.586	8.341
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação	372.119	372.119
Lucro líquido por ação - básico, em R\$	39,20	22,41

A Companhia não possui dívida conversível em ação nem opções de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

14. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 possui a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de serviços	6.052	8.056	45.715	45.901
Receita de assistência técnica	-	-	5.061	4.550
Receita da venda de unidades imobiliárias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>-</u>
	6.052	8.056	50.832	50.451
(-) Impostos (*)	<u>(681)</u>	<u>(858)</u>	<u>(5.325)</u>	<u>(5.426)</u>
	<u><u>5.371</u></u>	<u><u>7.198</u></u>	<u><u>45.507</u></u>	<u><u>45.025</u></u>

(*)Os impostos incidentes sobre as receitas são: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto Sobre Serviços – ISS e INSS sobre faturamento.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	93	92	1.335	465
Variação monetária - contrato de vendas	-	-	364	324
Receita de atualização dos impostos a recuperar	73	-	162	-
Outras receitas financeiras	<u>28</u>	<u>21</u>	<u>110</u>	<u>104</u>
	<u>194</u>	<u>113</u>	<u>1.971</u>	<u>893</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e mútuos	-	-	-	(117)
Atualização monetária de tributos parcelados	(283)	(272)	(363)	(362)
Juros e despesas bancárias	<u>(88)</u>	<u>(188)</u>	<u>(99)</u>	<u>(150)</u>
	<u>(371)</u>	<u>(460)</u>	<u>(462)</u>	<u>(629)</u>
	<u>(177)</u>	<u>(347)</u>	<u>1.509</u>	<u>264</u>

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(1.239)	(1.485)	(25.499)	(26.387)
Serviços de terceiros	(886)	(826)	(1.081)	(842)
Despesas gerais	(201)	(1.115)	(2.509)	(2.248)
Aluguéis e condomínios	(546)	(606)	(546)	(606)
Despesas de informática	(80)	(78)	(141)	(144)
Despesas legais e judiciais	(12)	(24)	(23)	(34)
Manutenção de obras prontas	-	(7)	(1.753)	(1.165)
Viagens e estadias	(71)	(39)	(73)	(40)
Despesas relacionadas a processos judiciais	(364)	(565)	(439)	(829)
Despesas com depreciação	(25)	(19)	(25)	(19)
Despesas comerciais	(13)	(62)	(25)	(91)
Impostos e taxas diversas	(77)	(71)	(87)	(116)
Provisão para garantias	-	-	(1.822)	(2.083)
Constituição de provisão para riscos	(252)	(2.454)	(252)	(2.454)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(55)</u>	<u>2</u>
	<u>(3.766)</u>	<u>(7.351)</u>	<u>(34.330)</u>	<u>(37.056)</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(576)	(671)	(23.327)	(23.663)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.190)</u>	<u>(6.680)</u>	<u>(11.003)</u>	<u>(13.393)</u>
	<u>(3.766)</u>	<u>(7.351)</u>	<u>(34.330)</u>	<u>(37.056)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito e de realização

Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de variação cambial

A Companhia não possui operações com moeda estrangeira sujeitas à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode depender, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras) e saldo a receber de clientes são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares aos saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

c) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue abaixo o nível de hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia:

<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	Hierarquia do valor <u>justo</u>	31/12/15		31/12/14	
			<u>Contábil</u>	Valor <u>justo</u>	<u>Contábil</u>	Valor <u>justo</u>
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	18.120	18.120	13.239	13.239
Passivo:						
Fornecedores nacionais	Outros passivos financeiros	Nível 2	266	266	165	165

d) Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	<u>Risco</u>	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

(a) Riscos de engenharia – R\$ 802.747

- (b) Responsabilidade cível – R\$ 83.000 - Cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2016.
